

## Conferência Internacional

### A CRISE E O IMPACTO DOS INSTRUMENTOS EUROPEUS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS ORDENS JURÍDICAS INTERNAS

#### Apresentação da Secção Portuguesa da ANESC/RACSE

Marcado pela escassez de recursos materiais, o atual contexto de crise económica caracteriza-se igualmente pela emergência, a cada momento, de inéditos desafios, em vista de novas soluções para problemas vitais. O Direito encontra-se, naturalmente, no epicentro de tal convulsão social, sendo os agentes jurídicos destinatários de prementes interrogações, as quais, em grande medida, encontram resposta em princípios éticos tidos como pilares essenciais do edifício jurídico, tais como os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da proporcionalidade.

Plasmados em instrumentos normativos transnacionais e, desde logo, de nível europeu, tais princípios não podem deixar de constituir o suporte essencial de um diálogo voltado para a resolução de problemas que, protagonizados por pessoas que se apresentam como titulares de direitos sociais fundamentais, se colocam em termos similares no espaço jurídico português ou noutros, mais ou menos próximos.

A *Academic Network on the European Social Charter and Social Rights* (ANESC)/ *Réseau Académique Européen sur la Charte Sociale et les Droits Sociaux* (RACSE) pretende ocupar um lugar de relevo nesse debate e apresenta como objetivos essenciais a divulgação e promoção do reconhecimento teórico e da aplicação prática dos direitos sociais e dos instrumentos que os protegem, no âmbito dos quais se destaca a Carta Social Europeia (Revista).

A Conferência Internacional *A Crise e o Impacto dos Instrumentos Europeus de Proteção dos Direitos Sociais nas Ordens Jurídicas Internas* simbolizou a apresentação formal da Secção portuguesa da ANESC/RACSE que se juntou, com orgulho, a este

projeto internacional que agrega secções de muitos outros países membros do Conselho da Europa.

A Secção portuguesa reúne vários especialistas em ramos do direito pertinentes para uma proficiente compreensão dos instrumentos europeus de proteção dos direitos sociais. Porque acreditamos que a união faz a força, nos vários membros da Secção encontram-se especialistas em Direito do Trabalho e da Segurança Social, em Direito Constitucional, em Direito da União Europeia, em Direito Internacional, em Direito Administrativo, em Direito Penal, entre outros. Apresenta-se, por conseguinte, como uma Secção multifacetada e polivalente, que, imbuída de espírito de equipa, almeja dar um contributo empenhado e sério para a divulgação dos direitos sociais no contexto do Conselho da Europa.

A Conferência Internacional *A Crise e o Impacto dos Instrumentos Europeus de Proteção dos Direitos Sociais nas Ordens Jurídicas Internas* contou com a presença de reputados juristas nacionais e europeus, em vista da análise transnacional de alguns dos direitos sociais de maior relevo em contexto de crise económica e, em particular, do estudo do impacto dos instrumentos europeus de proteção dos direitos sociais na ordem jurídica interna.

A Conferência teve lugar, nos dias 15 e 16 de abril de 2016, na Escola do Porto da Faculdade de Direito – Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa (UCP), e foi organizada pelo CEID – Centro de Estudos e Investigação em Direito, em parceria com a ANESC, e com o apoio da APODIT – Associação Portuguesa de Direito do Trabalho, Centro de Estudos Judiciários, do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, do CEJ – Centro de Estudos Judiciários, e da AJJ – Associação de Jovens Juslaboristas.

Volvidos alguns meses, a Secção portuguesa permanece confiante e motivada em cumprir os seus objetivos. É com muita satisfação que anunciamos a publicação da maioria das comunicações da Conferência, divulgando-a assim aos demais intérpretes-aplicadores do direito. Paralelamente, a Secção portuguesa da ANESC tem realizado – e está presentemente a realizar – seminários, conferências e mesas-redondas que versam sobre várias temáticas dos instrumentos europeus de proteção dos direitos sociais, tais como o direito à segurança social, o direito ao trabalho, os direitos sociais em face das políticas públicas estatais, a atuação dos tribunais nacionais, em especial o Tribunal Constitucional, num contexto de crise ou de pós-crise.

Para terminar, a Secção comprometeu-se ainda perante a Coordenação Geral da ANESC a desenvolver o Observatório para a Tutela dos Direitos Sociais em Contexto Europeu. Numa primeira fase, iremos analisar a jurisprudência do Comité Europeu de Direitos Sociais e as decisões do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem relevantes para a Carta Social Europeia Revista (CSER). Numa segunda fase, analisaremos a jurisprudência nacional numa dupla perspetiva: (a) jurisprudência nacional que aplicou a

CSER; (b) jurisprudência que não aplicou, erradamente, a CSER, quando o devia ter feito.

O caminho faz-se percorrendo, porém julgamos que nos podemos congratular do trabalho até agora realizado e deixar o nosso sério compromisso de empenho e de dedicação enquanto membros da ANESC e cultores dos direitos fundamentais sociais.

A Coordenação da Secção Portuguesa da ANESC/RACSE